

Ponto de Vista

*Prof. Arvaldo Montalvão Filho

O ser humano, por natureza e constituição somática, é um ser dinâmico.

Desde a pré-história, o homem teve seus movimentos ligados à atividade corporal, fosse para defender-se de tudo o que lhe era adverso, fosse para buscar sua alimentação e poder nutrir-se. Dentre os povos antigos, foram os Gregos que mais preeminência deram ao corpo e ao espírito. Na arena de Olímpia, os jogos mereciam deles uma atenção especial. E o aprimoramento físico não era dissociado da preparação mental.

Hoje, pode-se dizer, nenhum indivíduo, na sociedade moderna, poderá ocupar com eficiência e eficácia o lugar que lhe é destinado se não estiver preparado, física, mental e espiritualmente.

No Japão, a escola oferece ao estudante oportunidade de conhecer os mais variados campos de atividades humanas, como forma de opção em busca da maior identificação, incluindo o esporte. Como um país desenvolvido que é, pertencente ao clube dos sete mais ricos do mundo, aplica em torno de 7% do seu PIB em educação, enquanto o Brasil aplica apenas 3,5%. Percentualmente apenas duas vezes mais, no entanto o PIB Japonês é aproximadamente nove vezes maior que o brasileiro. A diferença é grande, e, desta forma, o Brasil vai conservando o título de país da América Latina a ter o maior número de analfabetos adultos, com uma das maiores taxas de evasão escolar do mundo. Dos que ingressam no 1º grau, apenas 20% conseguem concluir. No Japão, praticamente todos concluem o 1º grau, com um índice de aproximadamente 99%.

A exemplo do Japão estão todos os países do primeiro mundo, bem como tantos outros países desenvolvidos, em que, de fato, a educação é prioridade, cabendo ao Estado a responsabilidade pela destinação de recursos suficientes e necessários para todos os graus de ensino, para a ciência e para a tecnologia.

Imersa nesse contexto, sofre também a Educação Física Escolar, que não deveria ser confundida com esporte-competição, embora, em qualquer dos casos, deva ser aplicado o conhecimento pedagógico. O fato é que, parece-nos, a atividade física evoluiu mais lentamente do que outras atividades do conhecimento humano. No entanto, a atividade física é cada vez mais necessária ao homem moderno, com sua afirmação plena e superior às máquinas, por mais perfeitas que possam ser.

Não é sem nexos que a afirmativa Desporto é Cultural se torna uma realidade quando aproxima os desiguais, numa participação simultânea das mais diferentes modalidades, das mais diferentes realidades, e, por fim, realiza-se a comunicação, a troca de experiências dos mais diferentes convívios. E, Desporto sendo Cultura, Educação Física é Educação, pois opera na construção de uma juventude sadia.

Nesse contexto, o processo educacional confere ao Professor de Educação Física o mais distinguido papel. E entra no conceito da antiga Grécia em que o ser humano deve ser educado integralmente, tanto ao nível individual quanto ao social, passando pela educação familiar, moral, física e espiritual.

Dentro desta unidade que integra o homem, como ser material e espiritual, coloca-se a importância da Educação Física Escolar como Compromisso com a Escola Pública, e os professores devem estar cientes do seu extraordinário papel de educadores. Sócrates, filósofo grego, já afirmava: "Depois da música, é pela ginástica que se devem educar os jovens. É preciso que por ela se exercitem desde a infância e através de toda vida".

Desta forma, a educação física escolar tem a missão de contribuir para a formação da personalidade do educando, tendo em vista que, só pela educação da sua juventude, uma nação se controla livre e criativa. Isto requer, também, por parte do Governo uma séria política educacional — investimento em professores, em pesquisadores e em escolas públicas.

Infelizmente, o Brasil está longe de conseguir realizar uma metanóia e o sistema educacional

* Professora Assistente Mestre em Tecnologia de Celulose pela Universidade Federal de Viçosa em 1983. Chefe do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Sergipe.

continua anacrônico; a prova disto está nos elevados índices de analfabetismo e de mortalidade infantil. Aproximadamente 30% da população brasileira são analfabetos e, segundo a UNICEF, no Brasil, morrem atualmente quase mil crianças por dia, com menos de cinco anos de idade. E a causa maior dessas mortes é a miséria.

No ano passado, a ONU, através do Human Development Report 1990, passava a classificar os países pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e entre 130 países pesquisados, o Brasil se situava no 80º lugar. O IDH faz a relação custo/benefício no contexto sócio-econômico. Enquanto o custo representa o capital gerado através do seu Produto Interno Bruto – PIB, o benefício é o retorno, em termos de qualidade de vida.

Cumpra-se a Constituição, no caso específico da educação, e já serão retirados das ruas, atualmente, sete milhões de crianças, à mercê da criminalidade e da violência. É preciso eliminar as causas que originam os desvios da conduta humana, como sejam: má distribuição de renda, corrupção, impunidade, desemprego, falta de condições elementares nos setores da habitação, saúde e educação. O Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nos diz que o Poder Público deverá eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental nos dez primeiros anos da sua promulgação. Isto deverá ser realizado com o ensino público de boa qualidade, tendo em vista que a população brasileira tem baixa renda e vive na miséria. Basta lembrar que a renda per capita nacional é de dois mil dólares anuais, que é aproximadamente a renda mensal de um americano. A maioria dos trabalhadores brasileiros não percebe nem dois salários mínimos por mês. É claro que uma solução para esta situação de calamidade nacional exige do Governo um efetivo comprometimento com as necessidades básicas do povo.

A presença da Educação Física Escolar e o seu Compromisso com a Escola Pública exigem dos professores desta área uma urgente mudança de mentalidade. Segundo RESENDE et alii, deve haver uma integração pedagógica da disciplina Educação Física com as demais disciplinas do currículo, cabendo aos professores de Educação Física operarem as transformações exigidas pelo atual contexto; além de construírem uma auto-imagem em que seja reconhecida pela comunidade escolar a sua função social.

Apesar da declarada marginalização da Educação Física, RESENDE (et alii) pôde observar que a maioria dos professores declarou gostar do seu trabalho na escola, sob a justificativa da tão proclamada realização profissional. E se todos os docentes acreditam que a Educação Física pode contribuir para o processo de transformação da sociedade brasileira, realmente, a modificação da-



que a mentalidade dependerá, em grande parte, do próprio professor, através de sua participação ativa em todos os movimentos sociais e culturais, valorizando-se, impondo-se pelo estudo e integridade profissional.

Enfim, caberá ao Professor de Educação Física demonstrar, sobretudo pela convicção de que é Educador – igualmente e juntamente com os demais profissionais da Educação – que a vida é um grande jogo, devendo ser jogado com a clareza de suas regras, que não devem ser violadas. Embora não haja por parte do Governo o reconhecimento do trabalho docente, há composição do Educador com a Escola Pública, com a formação e transformação da sociedade brasileira.

RESENDE, H. G. de; BOCARDO, L M; VIRGINIO, C.A. DE O. & SÁ, L. R. de Concepções dos Professores de Educação Física na Rede de Ensino Público. *Motrivivência* 2 (3): 88-92. 1990.

*Ana Soares

Discutir a Educação Física sempre foi competência exclusiva dos professores da área, até pelo caráter da atividade na escola. O assunto era vedado a qualquer elemento que não fosse o "Professor de Educação Física, pois a este era reserva-

do o conhecimento das modalidades esportivas, seu desempenho técnico e rendimento nas competições.

Como a escola reflete o desenvolvimento da sociedade, a partir do momento em que as liberdades democráticas passaram a ser conquistadas pela sociedade, a escola também sentiu necessidade de discutir a democracia, o que possibilitou uma crítica cada vez mais aprofundada sobre o papel da Educação Física, enquanto componente curricular, democratizando, assim, a discussão entre todos os educadores.

É sabido que, por razões históricas, o professor de Educação Física sempre foi tido como um simples recreador ou apenas um técnico desportivo dentro da escola. O sistema, através da escola pública, utilizou-se largamente da Educação Física para mascarar o caráter de classe dessa escola, quando internamente obrigava a discriminação do aluno dito "não apto" para competir nas diversas modalidades esportivas e oferecer possibilidades de conquistas de troféus, atribuindo a questões individuais esta falta de "aptidão", tergiversando sobre condições sócio-econômicas do aluno na escola pública. Inicialmente, as críticas se resumiam a combater o esporte escolar, desprezando o cunho educativo que a prática dessa atividade poderia ter. Hoje, vemos a grande oportunidade de, através da competição esportiva, o professor mostrar ao aluno da escola pública as razões sócio-econômicas da superioridade dos alunos da escola particular nas competições, evidenciando a divisão de classes na sociedade.

A radicalização do debate provocou atitudes de professores que se negavam a dar treinamento nas escolas, entretanto, não conseguiam identificar qual a saída. Graças a essas posições é que houve períodos em que a Educação Física se tornou cada vez mais uma atividade meramente recreativa, simplória, resumida a aulas de "Queimado".

Observamos, hoje, que a discussão evoluiu, exigindo a compreensão dos educadores sobre o caráter educativo da Educação Física, e, ainda, alterando substancialmente o aprimoramento científico da bibliografia da área, eliminando a visão fragmentada da Educação Física, tornando-a um segmento dos mais produtivos na área econômica, o que resulta em grandes contribuições para a evolução do pensamento pedagógico no Brasil.

Cabe, neste instante, aos setores organizados da Educação Brasileira continuar o debate e ampliar sempre o raio de ação do professor para a construção da sociedade nova, assumindo seu compromisso sócio-político com as novas gerações.

*Jorge Carvalho do Nascimento

"Se o Estado é a garantia das relações de produção, então o é de ambos os sujeitos sociais que se constituem como tais mediante estas relações".

Guilherme O'Donnell

Opinar acerca do papel que cumpre, hoje, o professor de Educação Física, na escola pública, é tomar uma posição bem mais ampla que a própria questão em si. É, na verdade, assumir uma posição clara no que concerne não apenas à escola pública, mas diante da própria realidade da discussão que opõe público e privado, cada vez mais difícil de ser aclarada, principalmente quando se refere à luz dos recentes acontecimentos que abalaram o Leste Europeu e que determinam, de "per si", uma rigorosa avaliação "in totum" do projeto socialista.

Até aqui, todos os que se posicionam ao lado da causa socialista, dentre os quais me incluo, têm afirmado ser a sociedade socialista portadora de todas as virtudes, cabendo ao quadro do capitalismo a responsabilidade por todos os problemas que incomodam o homem contemporâneo. E é por via de consequência dessa visão simplista que temos posto, não só para o professor de Educação Física, mas para o profissional de Educação, de uma forma geral, a tarefa de engajamento em um projeto de classe que, à guisa de transmissão do conhecimento, engaje o estudante na transformação que leva até a solução socialista.

É buscando polemizar na direção da rediscussão desse entendimento que coloco, aqui, não propriamente um ponto de vista, mas uma provocação no sentido de que os profissionais da área passem a ler a realidade do profissional de Educação Física a partir de um entendimento de escola pública respaldado na idéia de que, na sociedade capitalista, é inevitável a intervenção econômica do Estado. E que a intervenção econômica compreende também a política social, campo específico de atuação da escola. É claro que jamais se poderá compreender a intervenção estatal de maneira correta se, na análise, a ação do Estado ganhar uma linearidade determinista. É necessário que se reconheça a possibilidade de a intervenção do Estado assumir maior ou menor grau, e até formas diferenciadas frente a conjunturas específicas. No entan-

* Professora da rede municipal de Aracaju, Orientadora Educacional da rede estadual de Sergipe, Vice-Presidente do SINTESE.

* Mestre em Filosofia da Educação pela PUC/São Paulo, Professor da disciplina Introdução à Filosofia, no Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Sergipe.

to, jamais se poderá negar que subjaz sempre o mesmo objetivo: a reprodução e ampliação do capital; a recolocação, em novas bases, do projeto da burguesia.

Obviamente, entender a intervenção estatal dessa maneira impõe um determinado risco, que se coloca exatamente na possibilidade de vir a interpretação a cair num reprodutivismo estéril, ao molde de algumas interpretações althusserianas, nas quais até as contradições e lutas que se travam na sociedade são sutilmente vistas como permissividade do Estado. Da mesma forma, essa permissividade estaria a moldar o trabalho do profissional de Educação Física na escola.

A intervenção estatal — da qual o professor de Educação Física é agente direto precisa ser interpretada sob a ótica que lhe confere uma visão contraditória, sob vários aspectos, pois, à medida que promove a produção do capital a níveis cada vez mais ampliados, absorve demandas populares e, ao tempo em que dissimula contradições existentes, não consegue evitar que outras tantas venham à tona.

A emergência de uma política educacional na sociedade brasileira se põe juntamente com a articulação de uma política social. Essa articulação mostra que, rigorosamente, não há o que se chama, comumente, de política educacional e, no limite, sequer uma política social.

E é a partir daí que, cremos, deve ser reida a questão do papel do professor de Educação Física na escola pública.

*Maria Augusta Mundin Vargas

Ao refletir sobre a Educação Física escolar e seu compromisso com a escola pública, percebi que meu depoimento seria memorialista e restrito à minha vivência como aluno nos anos sessenta, professora de Geografia nos Idos de setenta e palestrante nas semanas do meio ambiente na recente década de oitenta. Meu depoimento estaria, assim, com exceção da base, voltado para os conteúdos de Geografia e meio ambiente necessários à formação intelectual e, portanto, “à margem” da educação física do corpo.

Recupero na memória a importância da expressão corporal na minha prática e, num relance saudosista, relembro a sensação de liberdade ao me afastar da cidade e subir a serra do Curral, em Belo Horizonte. Saio da aula de campo e entro nas lembranças das aulas onde correr, gritar, cantar, torcer, cochichar, agrupar, encenar e sonhar consubstanciavam os relances corporais do ensino da Geografia.

Em meio a estas divagações saudosistas, depa-ro-me com a campanha televisiva do MEC, em que personalidades e artistas prestam depoimentos sobre sua escola básica, sua primeira professora: na memória de todos a escola era pública e a professora, funcionária pública. De que se trata afinal? Resgatar a memória de um passado que não existe mais? Cai no mesmo erro. Não basta resgatar a memória, se dissociada de uma discussão em torno de seus valores de conteúdo, pluralidade, competência, modernidade, liberdade, eficiência, dentre outros.

“Não somos obrigados a escolher entre aqueles que pensam que a história do indivíduo detém a verdade das construções simbólicas do filósofo, e aqueles que pensam ao contrário, que a consciência filosófica tem por princípio as chaves da história social e pessoal. A alternativa é imaginária, tanto assim que os defensores de uma destas teses recorrem subrepticamente à outra”.
MERLEAU PONTY

Onde repousa, então, o imaginário de uma professora de Geografia que não tem filhos na escola pública e assume seu saudosismo equivocado?

NA UNICIDADE DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Atualmente, vivenciamos na produção científica uma discussão marcante entre o conhecimento e a prática, e, como consequência (acrescida de questões estruturais), no ensino, observamos um distanciamento entre o conteúdo e sua contextualização histórica e processual. A Educação Física é pouco discutida, posicionada na ponta da rama do problema. Posição aparente, no meu entender, pois o corpo EXPRIME o reflexo da compreensão e do entendimento.

A unicidade do conteúdo da disciplina Educação Física é por mim entendida como uma finalidade a ser alcançada. Como tal, especificamente, a educação do corpo, a postura do corpo, a integridade do corpo, a saúde do corpo, são tratadas através da abordagem especializada dos profissionais da Educação Física. Por outro lado, ela envolve o conjunto das demais disciplinas ou matérias e se integra aos demais conteúdos que são trabalhados e processados globalmente.

No entanto, concordo com ARROYO quando afirmo que a formação de profissionais da Educação — e aqui, pergunto: também da Educação Física?

*Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

— tem-se ocupado essencialmente em repassar as teorias didáticas, em detrimento do necessário aprofundamento das diversas concepções subjacentes de sociedade, de cidadão, de trabalhador, do processo produtivo e das forças sociais.

NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Um retrato em branco e preto mostra a Educação Física para “horário vago” da carga dos demais professores e, ainda, o estigma da ginástica forçada, do recreio prolongado, do bate-bola para enrolar, dentre outros; como se não houvesse planejamento e engajamento entre a escola e a Educação Física.

Colorir esta situação não passa somente pelos necessários melhoramentos de quadras e equipamentos, mas, fundamentalmente, pelo resgate do compromisso da escola — seja pública ou privada — em saber fazer e por que fazer, onde o conhecimento, a prática e a expressão se imbricam.

Se os demais conteúdos (plural) são aprofundados na formação para a escolha de uma carreira/profissão, por que a Educação Física — e aqui sobretudo na escola pública — está generalizada na mesmice da ginástica e da bola?

Mesmo que diversificada, a relatividade do pluralismo dos conteúdos formais, na realidade da escola pública, esbarra no legado da violência social e no desmoronamento do ensino vivenciado nestas últimas décadas. Fica, assim, difícil falar de competitividade moderna e eficiência.

Uma minoria arrasadora tem acesso aos cursos

profissionalizantes, e menos ainda, à universidade. Como pobres, não alcançam a beleza física do estereótipo do atleta “padronizado”. Não se forma o profissional e tampouco o indivíduo capaz de exprimir-se além de sua morfologia e características fisiológicas.

NO COMPROMISSO COM A ESCOLA PÚBLICA

Seria simplista restringir o compromisso da Educação Física com a escola pública apenas na reflexão de seu conteúdo e no repensar de sua prática. No entanto, apenas acrescento mais um ponto neste entrelaçamento do conhecimento, da prática e da expressão: o entendimento de que a escola é um instrumento para se alcançar o efetivo exercício da cidadania depende e é dever do Estado (o que não é novidade). Neste sentido, vale apontar para o futuro e avaliar as carências e as inadimplências constitucionais do presente.

O imaginário, neste momento, perpassa o saber pelo julgamento das condições de saber-se cidadão. Independente das filosofias apontadas por MERLEAU PONTY, apalpar-se digno, saber-se sensações, julgar-se sentidos e sentir-se corpo, iniciam nosso entendimento de cidadão e de compromisso.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, G. Miguel (Org) “Da escola carente à escola possível”. Editora Loyola.
PONTY, Miguel G. Em toda e em nenhuma parte. Editora Abril.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O COMPROMISSO COM A ESCOLA PÚBLICA

Procurando refletir sobre a Educação Física na nossa escola pública, o educador necessita rever o ponto de partida desta reflexão que é a própria escola pública no Brasil. É preciso situar esta escola em um contexto histórico, político, social e econômico, para entender a proposta pedagógica que nela se desenvolve. A Educação Física é uma parte deste conjunto, e, como tal, reflete, em sua prática, todos os problemas por que a escola vem passando.

Numa sociedade capitalista, todos os problemas são definidos em função do capital. A característica fundamental desta sociedade é sua estrutura de classes, decorrente da divisão social do trabalho, baseada na apropriação da produção. Dentro deste modelo social, a educação tem como objetivo a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classe. A classe que detém o poder os meios

*Leda Sônia Oliveira Linhares

de produção define o modelo de educação que convém à manutenção dos seus privilégios e poderes, impondo-o aos que fazem parte da força de trabalho. Cabe ao Estado, que defende os interesses da classe dominante, em nome da democracia, “oferecer as condições” para que todos estudem, pois está previsto em lei que a educação é um direito e dever de todos. Estas condições implicam gastos que o Estado terá que fazer para construir prédios, contratar pessoas especializadas e manter o funcionamento das escolas. Estes gastos vão fazer parte de um planejamento econômico que definirá as prioridades e as linhas de ação pedagógicas.

* Pedagoga e professora da rede estadual em Sergipe - Escola Farolândia.

Sendo assim, a filosofia educacional será definida pelo modelo econômico vigente. Os gastos educacionais devem ser feitos com um mínimo de desperdício e visando resultados quantitativos em função do capitalismo.

Os conhecimentos sobre o mundo físico e social são produzidos historicamente nas relações entre os homens e nas relações destes com a natureza, mas, no modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho possibilita a existência de pessoas que se propõem a pensar e produzir o conhecimento e outras que passam a consumi-lo. Assim, a escola que está inserida neste tipo de sociedade reproduz esta concepção, e alunos e professores se transformam em objeto de consumo.

A Educação Física vem desenvolvendo um trabalho voltado para a massificação, o individualismo, sem se preocupar com o indivíduo, enquanto pessoa que pensa e que tem um potencial criador. O professor tem exercido a função de um disciplinador, servindo-se de metodologias que controlam a participação do aluno, impedindo-lhe o crescimento pessoal e social. A avaliação está voltada para o desempenho motor, com o objetivo de selecionar os indivíduos mais aptos para desempenhar bem determinados esportes. Desta forma ela é discriminadora porque privilegia os mais capazes e frustra os que não demonstram o "bom" desempenho esperado. A competitividade exigida na prática da Educação Física desenvolve uma visão alienada no indivíduo sobre ele mesmo e sobre a sociedade onde vive. Faz com que ele não perceba que é um todo individual e que faz parte de um todo social.

O compromisso dos educadores com a escola pública e com a classe trabalhadora, que dela faz parte, deve levar a interpretar esta realidade, fazendo uma leitura crítica, sob a perspectiva de uma transformação desta realidade. É a luta de cada um no dia a dia do seu trabalho, para resgatar o homem livre, capaz de pensar, de criar e de construir seu próprio destino.

*Simone Ferreira dos Santos

Podemos falar em escola pública como um direito do cidadão, no que diz respeito ao ensino gratuito e também a uma formação completa, de boa qualidade, no tocante à educação comprometida com o saber dirigido à transformação social. O que se verifica na prática, todavia, é justamente o oposto. Na realidade brasileira, a educação serve de veículo ideológico à mercê da sociedade capitalista; é objeto reproduzidor de valores.

Sobre o compromisso de trabalho, verifica-se uma grave permissividade nas escolas públicas: são muitos os professores de Educação Física que não possuem assiduidade ou responsabilidade no cumprir de suas aulas, ou seja, contamos com aulas não realizadas, ora pela ausência do professor, ora pelas dificuldades de recursos materiais que a escola apresenta, isto somado ao desinteresse do professor em enfrentar essas mesmas dificuldades.

Aqui encontramos, portanto, 4 (quatro) obstáculos ao ensino público:

- falta de assiduidade;
- indisponibilidade de material;
- desinteresse do professor durante a prática de aula;
- falta de competência técnica e compromisso político do professor.

No entanto, tais aspectos são conseqüência de um fator principal: O PODER DO ESTADO. Como força maior da estrutura social, o Estado dirige e controla a política dentro das escolas. Contudo, não é uma política comum, é, acima de tudo camufladora do mundo real, política essa que, desde a Antigüidade, defendeu os interesses de poucos privilegiados a elite que sobrepujam a classe popular — o proletariado —, refletida hoje na questão do capitalismo moderno: PATRÃO X OPERÁRIO.

A ideologia impregnada na educação e que se observa com afinco na Educação Física é refletida na obediência, ordem e respeito, e, sobretudo, no aspecto individualista que ela procura desenvolver na criança. A competição e a superação do ser humano na prática da Educação Física é um quadro nítido da Idéia capitalista, pintado nos mínimos detalhes, e o resultado de tanto trabalho é um futuro homem acrílico, submisso e alienado aos problemas que o norteiam, que concentra sua mente e seu corpo apenas na produção — no menos saber e no mais fazer — condicionado ao "salve-se quem puder".

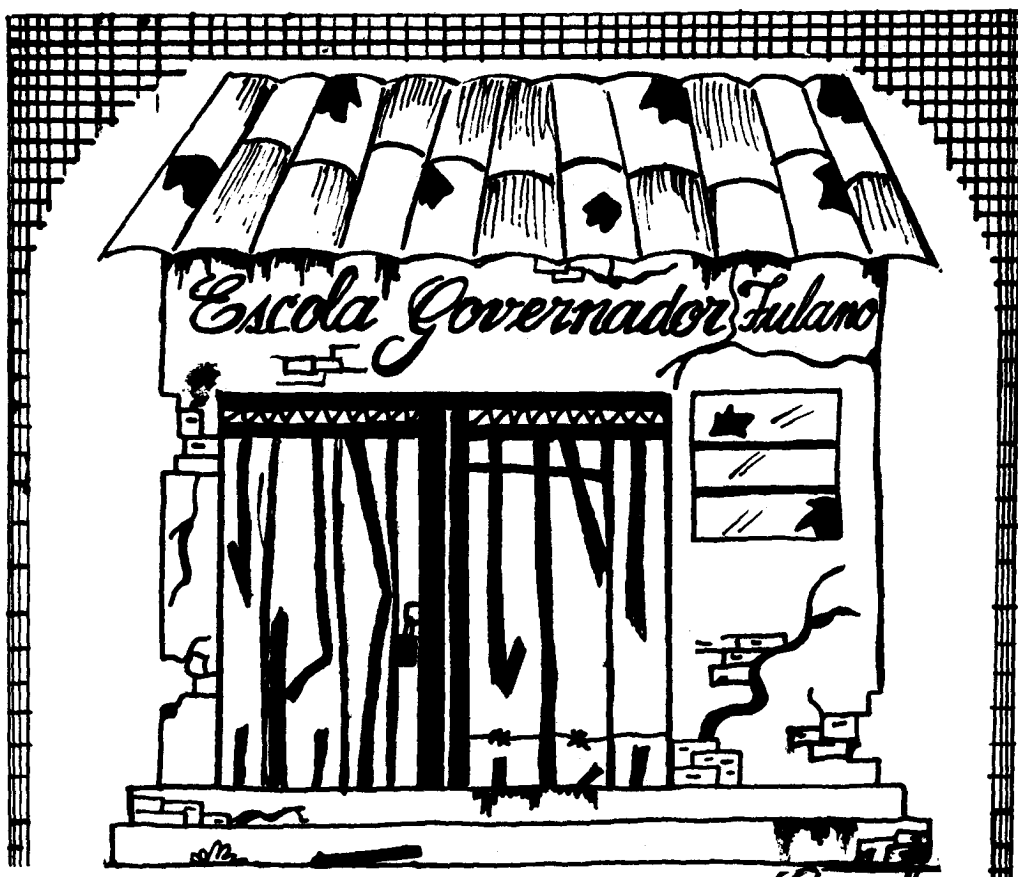
Segundo Cury, "a educação é uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social" (1987, pág. 13).

Partindo-se, então, do pressuposto que Educação Física é, antes de tudo, Educar, e esse, por sua vez, é instruir e construir um ser social politicamente participativo, questionador crítico e transformador, urge que cada um de nós, como professores, tomemos consciência dessa nossa importante função, empenhando-nos e dedicando a ela com maior apreço?, sem nos deixarmos abater pelas precariedades que nos sobrevêm.

É fundamental que o professor investigue e co-

nheça seus alunos (suas dificuldades durante a aula, suas condições de vida social, seus desejos de vida futura etc.). O educador precisa informar-se e dedicar-se mais, para não fugir aos objetivos do seu trabalho. Lutar por uma educação humanamente justa, ou seja, que se estenda de forma

igualitária a todas as classes sociais, que se preocupe em despertar no educando uma consciência investigadora, em busca do sentido e das soluções de seus problemas, fazendo do compromisso político um caminho que viabilize, desde cedo, o crescimento humano como ser social participativo.



“A questão da escola, na sociedade capitalista, é fundamentalmente uma questão da luta pelo saber e da articulação desse saber com os interesses de classe”

Gaudêncio Frigotto